



## APRESENTAÇÃO

### DOSSIÊ FILOSOFIA MEDIEVAL

Os textos contemplados neste volume da Revista Ideação constituem um relevante dossiê dedicado ao tema da Filosofia na Idade Média – contendo dez artigos e quatro traduções. Os textos tratam de questões laboradas ao longo da história do pensamento no período medieval, desde a sua origem aristotélica, trazida pelas críticas de Filopono de Alexandria, passando pelo processo de cristianização da filosofia, sobretudo por Tomás de Aquino, e alcançando a escolástica tardia em meados dos séculos XVI e XVII via os comentários dos jesuítas conimbricenses.

Neste sentido, o referido volume contempla e propicia um valioso espaço acadêmico para as reflexões sobre o desenvolvimento da filosofia medieval e suas influências no período inicial da modernidade. Deve-se ainda destacar a fundamental relevância dos desdobramentos proporcionados pelo medievais para o entendimento dos problemas enfrentados pelos modernos, sobretudo a partir de Descartes e a tradição inaugurada pelo autor das *Meditações Metafísicas*.

Etienne Gilson, em sua obra *O Espírito da Filosofia Medieval*, apresenta uma significativa tese para a compreensão do impacto dos pensadores medievais sobre os seus sucessores. Segundo ele, a herança greco-helênica não poderia ser a mesma após seu contato com as três grandes religiões monoteístas, o cristianismo, o judaísmo e o islamismo. Inúmeros temas começaram a fazer parte da reflexão filosófica a partir das inserções operadas pelas tradições de fé dentro do domínio filosófico, tais como: a ideia de Deus, criação, liberdade e determinismo.

Assim sendo, um Dossiê sobre filosofia medieval representa um significativo esforço acadêmico para o aprofundamento da pesquisa e estudo sobre a relevância do pensamento medieval em si e na sua relação com os outros períodos históricos da filosofia.

No artigo “Helenismo e cristianismo primitivo: encontros e confrontos”, Vasconcelos analisa a relação entre helenismo e cristianismo à luz das principais doutrinas, a saber, cosmologia, teodiceia (existência e propriedades de Deus) e antropologia, as quais foram desenvolvidas por grandes espíritos do pensamento grego e cristão. Vasconcelos

preliminarmente estabelece alguns critérios para a análise de um tema que, por sua natureza, propõe, antes de tudo, comparar dois universos de ideias fundamentalmente distintos. O cristianismo não é grego e a síntese com a cultura helenista não se deu senão sob a égide de conflitos e aporias que marcaram definitivamente o espírito desse encontro que, ocorrido nos primeiros séculos de nossa era, ainda hoje motiva questionamentos.

Matos, por sua vez, trata do comentário de Filopono à *Física* de Aristóteles direcionado à investigação sobre o conceito de lugar. Ao longo do comentário, Filopono realiza uma análise dos argumentos de modo a esclarecer em que medida tais teses corroboram ou não para a definição de lugar. O interesse do autor no artigo é mostrar que ao longo deste comentário Filopono antecipa mudanças conceituais em Aristóteles.

No seu artigo, Calvário evidencia como Gregório Palamas (1296-1359) é forçado a explicar a experiência espiritual da luz divina vivenciada pelos monges do Monte Atos. Nesta perspectiva, a autora esclarece que Palamas teve de elaborar uma argumentação para justificar a veracidade desta experiência e mostrar como ela estava enraizada na tradição patrística. Se se afirma que os monges hesicastas não experimentam, na visão da luz, a glória divina e incriada, ter-se-á de, ao mesmo tempo, negar a deificação. Pois a visão da luz incriada pressupõe a deificação daquele que a experimenta. Para compor a sua defesa da experiência dos hesicastas, segundo Calvário, Palamas tem de recorrer ao que considera ser o “veneno de serpente” e “mistura de mel e cicuta” – à filosofia antiga, especialmente de Platão e Aristóteles. Assim, ao longo do artigo, ela mostra que Palamas procura provar que a luz que os hesicastas contemplam é divina e incriada, recorrendo aos conceitos aristotélicos de *ενέργεια* e *οὐσία* e aplicando-os a Deus.

No artigo “Tomás de Aquino e a crítica à cosmologia de Varrão: notas sobre a relação entre *anima mundi* e idolatria”, Santos apresenta como Tomás de Aquino, ao ler a cosmologia de Varrão, encontra justificativa cosmológica para o culto da alma do mundo (*anima mundi*). Para tanto, o autor do artigo analisa a articulação tomista entre as noções de divindade, *anima mundi*, e culto. Ademais, mostra que, para Tomás, a forma cósmica não é idêntica à divina, razão pela qual o culto da *anima mundi* prestado por Varrão e os romanos se configura como uma falha da razão natural.

A autora Souza Ezídio, em seu artigo “Um percurso histórico-filosófico: a lei natural em Tomás de Aquino”, apresenta uma reflexão expositiva sobre o conceito de *lex naturalis* em Tomás de Aquino em sua relação com a tradição que o precedia, isto é, a filosofia grego-

helênica e a herança judaica incorporada pelo cristianismo. Neste sentido, o objetivo geral do artigo é apresentar uma visão geral de uma parte do conceito de lei natural no Aquinate e sua fundamental importância como intérprete sintetizador dos autores da antiguidade.

Souza Melo trata da complementariedade entre a filosofia e a teologia no pensamento de Tomás de Aquino. Nesse sentido, as principais obras destacadas pelo autor, ao longo de sua análise textual, são a *Suma Teológica* e a *Suma Contra os Gentios*. Ao longo de sua exposição, Souza Melo procura averiguar a validade da hipótese de que a teologia segue necessariamente do exercício da filosofia na gradação do conhecimento proposto pelo próprio Tomás.

Por sua vez, Borges propõe-se a destacar a teoria do intelecto de Tomás de Aquino como uma teoria de cunho realista, pois a referida sempre pressupõe uma relação de compatibilidade entre os atos de intelectão e o objeto externo (*extra animam*). Com isso, todas as operações mentais seriam compatíveis com a coisa material, segundo o Aquinate. Além do mais, o próprio medieval elucidaria que o intelecto pode referir-se aos objetos no mundo porque há entre ele e o seu objeto um princípio de identidade formal. Assim, partindo desta premissa, Tomás de Aquino sustentaria uma versão do realismo epistemológico.

Verza apresenta uma tradução do *Comentário às Sentenças de Pedro Lombardo*, de Tomás de Aquino, mais especificamente do Livro II, distinção 1, questão 1, art. 5. Neste referido texto Tomás dedica-se à discussão sobre a possibilidade do mundo ser eterno, tema recorrentemente tratado por ele e que tem uma solução mais original no opúsculo *De aeternitate mundi*. A importância deste texto está não apenas na mobilização dos argumentos, cuja diversidade rivaliza com a da *Suma contra os gentios*, mas também porque se trata da primeira vez que Tomás aborda o assunto. O que chama a atenção neste texto é a proximidade de Tomás a Maimônides quanto ao estatuto das provas relativas à eternidade e à criação. Tomás usa da parábola do menino na ilha do *Guia dos perplexos* II.17 para, assim como Maimônides, sustentar que tais teses não são cientificamente demonstráveis, uma vez que do estado perfeito e acabado de algo não se tem conhecimento de seu estado anterior. O que é digno de nota é que, apesar de Tomás manter esta posição, a parábola não é usada em nenhum outro momento de suas obras, com exceção de uma *reportatio* do final de sua vida, a *Expositio in Symbolum Apostolorum*. Destaca-se, no entanto, uma diferença: enquanto para Maimônides a parábola dizia respeito à limitação da razão humana, Tomás via os filósofos defensores da eternidade do mundo na figura do menino e julgava que o que eles cometiam era um erro.

Monteiro apresenta-nos uma tradução, para o português, da lição 6, livro 1, capítulo 3, do comentário de Tomás de Aquino ao *De caelo*. Nesse texto, o doutor angélico debate com diversos autores, como Filopono de Alexandria, Simplicio e Averróis, a respeito da incorruptibilidade dos corpos celestes, uma ideia muito cara à cosmologia aristotélica, porém recorrentemente em tensão com a doutrina cristã da criação *ex nihilo* e com início no tempo. Vemos aí Tomás de Aquino encontrar um caminho entre as objeções de Filopono, as respostas de Simplicio e as proposições de Averróis, explorando habilmente os limites dos seus argumentos e, naquilo que parecem compartilhar, estabelecer uma visão hierárquica do mundo, dividido em duas regiões, celeste e sublunar, incorruptível e corruptível, mas, ainda assim, parte de um só universo criado por Deus *in principio*.

No seu artigo, Dourado mostra que Pseudo-Dionísio Areopagita, precursor da mística medieval, é um dos continuadores do neoplatonismo pelo viés religioso e, na obra *Teologia Mística*, trata do princípio de negação que compreende Deus apenas pelas negações, pelo que Ele não é, trazendo o problema teológico para uma questão de ontologia e linguagem. E evidencia que em Mestre Eckhart, com quem a tradição culmina no século XIII, a questão sobre a natureza divina se torna também uma compreensão sobre o ser que transcende para o não-ser.

Os autores Kreibich e Leite tratam do conceito de anterioridade ontológica da individuação em Duns Scotus. Essa apresentação pretende fornecer elementos para uma adequada compreensão do princípio de individuação e sua diferença dos demais. Neste contexto, para Scotus, o indivíduo é constituído ontologicamente por algo positivo e próprio da sua substância, com a exclusão completa da possibilidade da individuação ser feita por algum tipo de acidente. Logo, nenhum elemento posterior ao indivíduo pode ser seu princípio de individuação.

No seu artigo, Araújo de Oliveira expõe de modo introdutório elementos do conceito de substância desenvolvido por Suárez, ilustrando a reflexão sobre como uma coisa é distinta de outra, culminando com a negação da distinção real para o tema da compreensão cognitiva.

Portugal Ramos e Frascolla Bloise apresentam a tradução de dois célebres textos contemplados na transição entre o final da Filosofia Medieval e o início da Filosofia Moderna. Os textos são: o *Tratado Quinto*, intitulado “Do arco-íris ou arco celeste”, com Comentários *Sobre o Meteorológicos de Aristóteles*, publicado originalmente em 1593 pelos Mestres Jesuítas Conimbricenses; e o *Discurso VIII*, intitulado “Sobre o arco-íris”, do *Meteoros* de Descartes, publicado originalmente em 1637. Ademais Portugal Ramos explicita em uma resenha

introdutória que a pertinência de se realizar uma leitura comparada dos mencionados textos é justificada por uma vasta tradição de comentários sobre as origens medievais da ciência moderna.

Boa leitura!

José Portugal dos Santos Ramos

Antonio Janunzi Neto

(organizadores do dossiê)